

# *Legislação* **penal** *especial*

**org.** JOÃO PAULO ORSINI MARTINELLI

ALEXANDRO BARRADAS PIMENTEL • ANDRÉ VALLE MONTANARI • BRUNO GIUSTO • GUILHERME GUEIROS DE FREITAS BARBOSA • JANICESANTIN • LUCAS HOLMES DE REZENDE SERRANO • MARCELA PERILLO • RODRIGO J. S. AMARAL

# Legislação Penal Especial

*[coord.]*

*João Paulo Martinelli*





**Belo Horizonte** | **São Paulo**  
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,  
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82  
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP  
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2021, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2021, os Autores.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,  
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

*Editor Chefe* Plácido Arraes

*Editor* Tales Leon de Marco

*Produtora Editorial* Bárbara Rodrigues

*Capa, projeto gráfico* Nathalia Torres

*Diagramação* Enzo Zaqueu Prates

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



## Sumário

Apresentação.....	7
1. Lei de Repressão ao Genocídio (Lei n.º 2.889, de 1º de outubro de 1956).....	9
<i>Guilherme Gueiros de Freitas Barbosa</i>	
2. Lei de Repressão ao Racismo (Lei n.º 7.716, de 07 de abril de 1989).....	23
<i>Bruno Giusto</i>	
3. Comentários à parte penal do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990).....	35
<i>Rodrigo J. S. Amaral</i>	
4. Lei dos Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072, de 25 de julho de 1990).....	59
<i>Marcela Perillo</i>	
5. Lei de Repressão à Tortura (Lei n.º 9.455, de 07 de abril de 1997).....	73
<i>Janice Santin</i>	
6. Lei dos Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998).....	103
<i>Rodrigo J. S. Amaral</i>	

7. Comentários à parte penal do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, de 01 de outubro de 2003).....	131
<i>Alexandro Barradas Pimentel</i>	
8. Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003).....	163
<i>André Valle Montanari</i>	
9. Lei de Drogas (Lei n.º 11.343, de 23 de agosto de 2006).....	231
<i>Rodrigo J. S. Amaral</i>	
10. Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869, de 05 de setembro de 2019).....	263
<i>Lucas Holmes de Rezende Serrano</i>	
Os autores.....	301

## Apresentação

A presente obra, que a Editora D'Plácido apresenta ao público, traz comentários aprofundados sobre dez leis penais extravagantes e não apenas apontamentos superficiais. O leitor terá a oportunidade de compreender a lei e refletir sobre questões essenciais, como a tutela do bem jurídico, a lesividade representada nos tipos, a desproporcionalidade entre sanções cominadas, o entendimento dos tribunais e a posição da doutrina. A pretensão, apesar de ambiciosa, é oferecer um livro provocador e não trazer somente argumentos de autoridade.

Os autores são jovens e talentosos penalistas. Trata-se de uma nova geração de mestres, doutores, advogados e, principalmente, estudiosos que vão atrás do conhecimento produzido dentro e fora do Brasil. Apesar da pouca idade, aqueles que escreveram os capítulos já possuem maturidade acadêmica e intelectual para contribuir com um debate sério no direito penal. Ao final de cada capítulo, o leitor comprovará a qualidade da pesquisa desenvolvida e dos argumentos expostos.

O uso exacerbado do direito penal para regular a vida em sociedade obriga o profissional jurídico a repensar o papel do sistema punitivo e seus limites. Antes de qualquer coisa, deve-se sempre estar atento aos princípios da legalidade, da intervenção mínima, da lesividade, da culpabilidade e da proporcionalidade. Essa tarefa se faz necessária para não aceitar a imposição de leis apenas porque foram aprovadas e sancionadas, já que sua utilização não pode violar os preceitos constitucionais e convencionais, sob pena de se criar um sistema de justiça autoritário.

A legislação escolhida para este volume inclui a Lei de Repressão ao Genocídio, Lei do Racismo, a parte penal do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei dos Crimes Hediondos, Lei de Repressão à Tortura, a Lei dos Crimes Ambientais, as disposições penais do Estatuto do Idoso, o Estatuto do Desarmamento, a Lei de Drogas e a nova Lei de Abuso de Autoridade. Esses diplomas legais não abrangem o chamado “direito penal econômico”, que é objeto de obra própria publicada por esta mesma editora<sup>1</sup>.

Espera-se que o leitor aproveite ao máximo este livro e que surjam mais dúvidas que certezas no desenvolvimento do estudo. Críticas e sugestões, como sempre, serão bem vindas, pois os autores têm a consciência de que o trabalho sempre pode melhorar. Por fim, um especial agradecimento à Editora D’Plácido por acolher o projeto. Boa Leitura!

---

<sup>1</sup> LOBATO, José Danilo Tavares; MARTINELLI, João Paulo Orsini; SANTOS, Humberto Souza. *Comentários ao direito penal econômico brasileiro*. Belo Horizonte: D’Plácido, 2017, 868 p.

## *A presente obra*

TRAZ COMENTÁRIOS APROFUNDADOS SOBRE DEZ LEIS PENAIS EXTRAVAGANTES E NÃO APENAS APONTAMENTOS SUPERFICIAIS. O LEITOR TERÁ A OPORTUNIDADE DE COMPREENDER A LEI E REFLETIR SOBRE QUESTÕES ESSENCIAIS, COMO A TUTELA DO BEM JURÍDICO, A LESIVIDADE REPRESENTADA NOS TIPOS, A DESPROPORCIONALIDADE ENTRE SANÇÕES COMINADAS, O ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS E A POSIÇÃO DA DOCTRINA. A PRETENSÃO É OFERECER UM LIVRO PROVOCADOR E NÃO TRAZER SOMENTE ARGUMENTOS DE AUTORIDADE. OS AUTORES SÃO JOVENS E TALENTOSOS PENALISTAS. TRATA-SE DE UMA NOVA GERAÇÃO DE MESTRES, DOCTORES, ADVOGADOS E, PRINCIPALMENTE, ESTUDIOSOS QUE VÃO ATRÁS DO CONHECIMENTO PRODUZIDO DENTRO E FORA DO BRASIL. TODOS DEMONSTRAM MATURIDADE ACADÊMICA E INTELLECTUAL PARA CONTRIBUIR COM UM DEBATE SÉRIO NO DIREITO PENAL CONFORME SERÁ COMPROVADO AO FINAL DE CADA CAPÍTULO.

